



MODERNO TROPICAL

ARQUITECTURA EM ANGOLA E MOÇAMBIQUE, 1948-1975

TEXTO DE ANA MAGALHÃES
FOTOGRAFIA DE INÊS GONÇALVES

LISBOA:
TINTA-DA-CHINA
MMIX

ÍNDICE

6	PREFÁCIO Ana Tostões
8	APRESENTAÇÃO
12	1. MODERNO e TROPICAL
14	A arquitectura portuguesa no pós-guerra e o exemplo brasileiro
22	2. UTOPIA MODERNA EM ÁFRICA
25	Quatro cidades
49	Forma moderna: pormenor e matéria
82	3. TIPOLOGIAS TROPICAIS
84	Cine-esplanadas: a boa vida
100	Igrejas: uma resposta tropical
116	Galerias: o caso da habitação colectiva
130	À procura da obra global: arte e arquitectura
144	4. DOZE OBRAS
146	Mercado do Kinaxixe
150	Ministério das Obras Públicas de Angola
154	Rádio Nacional de Angola
160	Edifício da Universal
166	Liceu do Lobito
170	Edifício Abreu, Santos e Rocha
174	Edifício Dragão
178	Escola Secundária da Polana
182	Fábrica de Relógios A Reguladora de Moçambique
184	Estação de Caminho-de-Ferro da Beira
188	Palácio dos Casamentos
190	Pavilhão do Clube Ferroviário
194	5. OITO ARQUITECTOS
195	Vasco Vieira da Costa
195	Francisco Castro Rodrigues
196	Fernão Simões de Carvalho
197	Pancho Miranda Guedes
198	João José Tinoco
199	João Garizo do Carmo
200	Paulo Melo Sampaio
201	Francisco Castro
203	BREVE CRONOLOGIA (1948-1975)
211	INVENTÁRIO DAS OBRAS FOTOGRAFADAS
233	Bibliografia
237	Agradecimentos
238	Notas biográficas

© 2009, Ana Magalhães, Inês Gonçalves
e Edições tinta-da-china, Lda.
Rua João de Freitas Branco, 35A
1500-627 Lisboa
Tels.: 21 726 90 28/9 | Fax: 21 726 90 30
E-mail: info@tintadachina.pt

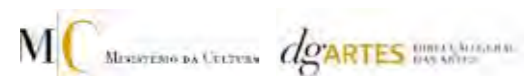
www.tintadachina.pt

Título: *Moderno Tropical.*
Arquitectura em Angola e Moçambique, 1948-1975
Autora: Ana Magalhães
Fotografia: Inês Gonçalves
Tratamento de imagens: Viragem Lab
Revisão: Tinta-da-china
Capa e composição: Vera Távares

1.ª edição: Novembro de 2009

isbn: 978-989-671-017-0
Depósito Legal n.º 301751/09

PROJECTO FINANCIADO PELA
DGARTES (DIRECÇÃO-GERAL DAS ARTES) / MC (MINISTÉRIO DA CULTURA)



PREFÁCIO

Moderno Tropical é um belo livro onde a beleza nostálgica das cidades da África lusófona é fixada com afecto e sabedoria.

Ana Arez Magalhães empreendeu este trabalho animada pela vontade de conhecer e dar a conhecer o magnífico património moderno de quatro cidades: Luanda e Lobito, em Angola; Maputo e Beira, em Moçambique. Foi buscar as relações que sabemos existirem entre a arquitectura dos «Verdes Anos 50» e o impulso resultante da descoberta da arquitectura brasileira em Portugal. Foi perceber porque é que muitos dos arquitectos portugueses da geração que começa a trabalhar nos anos após o I Congresso Nacional de Arquitectura (1948) — formados no Porto, porque era a escola aberta à modernidade, mas também em Lisboa — procuraram trabalhar num novo mundo, onde a acção do arquitecto podia adquirir uma amplitude de liberdade como não acontecia até então. Apesar de muitas vezes se tratar de encomendas oficiais, a verdade é que à vontade de inovar dos arquitectos se acrescentava uma atmosfera de abertura, de adesão aos ideais modernos tantas vezes cercados pelo regime, sobretudo nas grandes cidades. Só para dar um exemplo, entre 1947 e 1949, Francisco Keil do Amaral viu o seu projecto para o Palácio da Cidade, a erguer no alto do Parque Eduardo VII, sucessivamente reprovado pelo Ministério das Obras Públicas. Nunca foi construído, se bem que, paradoxalmente, o presidente da Câmara o tivesse defendido com energia e convicção.

Outro paradoxo que importa aqui relevar é justamente aquele que se prende com a razão pela qual os jovens arquitectos «embarcavam» para África. Apesar de continuarem enquadrados politicamente pelo regime do Estado Novo fascizante, o distanciamento do poder concorria para uma latente e vital possibilidade de modernidade nesses territórios.

A vontade de construir o moderno, a necessidade de ter encomendas com programas de vanguarda e projectos e obras com escalas absolutamente inusitadas, aliadas à possibilidade de trabalhar com uma margem de inovação real, constituíam um enorme e maravilhoso desafio para essa nova geração de arquitectos. E é esse o desafio de que nos fala Ana Magalhães e que nos dá a ver Inês Gonçalves através das suas magníficas imagens.

Como se sabe, quer a recepção, quer a reinterpretção da arquitectura do Movimento Moderno implicam a preservação da identidade física, conceptual e cultural. Por isso, o outro paradoxo toma forma quando nos apercebemos de que a arquitectura do Movimento Moderno contém potencialmente em si um desiderato democrático, uma esperança de afirmação política expressa num quadro de liberdade. Por isso nos interrogamos como pôde esta expressão moderna, que afirmava valores de liberdade democrática, ocorrer em tempos de colonização.

E por isso também acreditamos que a mais estimulante aproximação ao tema se

faz através de conceitos como identidade, memória e troca.

Depois dos trabalhos de grande divulgação de José Manuel Fernandes ou das investigações de António Albuquerque, André Ferreira ou Maria Margarida Quintã, este livro dá-nos uma visão heróica e, claro, também nostálgica dessa extraordinária produção.

Primeiro construindo um necessário enquadramento da produção portuguesa do pós-guerra e da pujança do moderno brasileiro. Recorrendo sobretudo a Niemeyer, mas dando-nos conta dessa geração de artistas que, como se sabe, foram acompanhados por fantásticos engenheiros e, é preciso não esquecer, empreendedores audaciosos. Sabemos também que, para além da miragem brasileira, a inspiração na arquitectura colombiana ou mexicana constituíram realidades complementares. Para além disso, e voltando ao Brasil, há que referir os textos e as relações efectivas mantidas com Lúcio Costa, grande amigo de Portugal. Neste ponto reside outra das valias deste belo livro: a de abrir pistas para o aprofundamento da investigação.

É justamente essa geração de arquitectos, politicamente amadurecida como nunca o fora a geração dos anos 30 modernistas, que vai fazer a diferença e mergulhar na contemporaneidade. Cheios de força e com a audácia da juventude, vão fazer a «utopia moderna em África». É esse enquadramento que a autora nos dá no segundo capítulo, focando as quatro cidades e a sua arquitectura do Movimento Moderno. De-

pois passa a uma análise mais fina das formas e expressões, para nos ajudar a ver a trepidação das superfícies e volumes, o efeito do módulo repetido, do padrão usado no contraste claro-escuro, para mostrar como o sombreamento ou o arejamento são funções vitais para essa arquitectura feita em África, entre os trópicos. Fala-nos do expressionismo sensual que lembra temperaturas cálidas, outras vezes tórridas, da transpiração e da exaltação do calor, da linha curva do movimento, da beleza dos corpos. Volumes, composição, grandes peças escultóricas. Fala-nos da inspiração africana, da savana ao mar, da vegetação luxuriante à fauna respeitável e vibrante. Do excesso e do colorido!

Depois das formas e da expressão, lança a ideia das tipologias tropicais, dos lugares para viver essa vida de grande horizonte de que me falava a minha mãe com o orgulho de quem tinha «bebido a água do Chiveve» e para quem a metrópole foi sempre pequena e mesquinha. É essa boa vida que Ana Magalhães e Inês Gonçalves fixam com força e lirismo. Dos cinemas ao ar livre com esplanadas, ou da expressão religiosa feita com essa largueza de mundo e de cálculo estrutural, ou das galerias suspensas como ruas «levantadas» de modo a distribuir o acesso às habitações ao ar livre.

É dessa vida — onde corpo e comunidade procuram fresco, sombra e, sobretudo, viver e conviver longe dos preconceitos pesados de um mundo tão fechado como era o de Portugal — que nos fala este livro.

ANA TOSTÕES

É, portanto, a partir do Congresso que se assiste a uma maior flexibilidade e abertura da arquitectura portuguesa aos modelos e princípios da arquitectura moderna internacional. Esta situação é particularmente notória em Lisboa, capital do Império, onde se traçam as primeiras intervenções urbanísticas claramente tuteladas pelos princípios da *Carta de Atenas* e dos CIAM.

É neste quadro também que os arquitectos portugueses se interessam pela produção arquitectónica brasileira. A ampla divulgação dos projectos brasileiros em revistas estrangeiras desde meados da década de 40 e, posteriormente, as exposições realizadas em Portugal («Arquitectura Moderna Brasileira», no Instituto Superior Técnico, em 1949, e mais tarde, em 1953, no âmbito do 3.º Congresso da UIA realizado em Lisboa, «Arquitectura Contemporânea Brasileira», apresentada na Sociedade Nacional de Belas Artes) entusiasma a nova geração do Congresso. Aquilo que fascina os arquitectos portugueses é a especificidade da resposta brasileira²⁵ enquanto vanguarda no quadro moderno. Será apenas enquanto linguagem formal e de modo fragmentário que os projectos desenvolvidos durante as décadas de 50 e 60 absorvem a experiência brasileira, na ânsia de acertar o passo com a arquitectura internacional²⁶. Em Portugal, «a arquitectura moderna não é expressão de uma identidade nacional, como acontece no Brasil, nem possui a hiperconsciência de ser veículo privilegiado para a aclimação de um

mundo moderno, como é notório na sua génese centro-europeia»²⁷.

Mas a aplicação de um vocabulário moderno assente na experiência brasileira «ganha escala e uma outra verosimilhança nas colónias portuguesas, em Angola e em Moçambique»²⁸. A dimensão do território²⁹ e as semelhanças geográficas e climáticas encontrarão aqui, como se verá, o seu fio condutor.

No rescaldo do Congresso, esta «geração africana»³⁰ parte para Angola ou Moçambique, certamente motivada por diferentes razões: ideológicas ou políticas (como é o caso de Francisco Castro Rodrigues), pela sua naturalidade (como Vasco Vieira da Costa, Fernão Simões de Carvalho ou João Garizo do Carmo), ou simplesmente procurando novas oportunidades (como João José Tinoco, Francisco Castro ou Paulo Melo Sampaio). No seio de uma sociedade menos restritiva e mais distante do centro do poder, o que estes arquitectos tiveram em comum foi essa possibilidade de construir com um vocabulário moderno. E o facto de se apropriarem da universalidade e do dogmatismo do ideário moderno — o que lhes justifica a capacidade, contrária a esses princípios, de adaptação às especificidades do lugar — é precisamente a lição brasileira.

E não deixará de ser, no entanto, um projecto incompleto, pois é paradoxal que esta aplicação dos ideais de progresso e de democracia do Movimento Moderno seja realizada em territórios marcados pelo quadro colonial português.



Edifício da Universal, Lobito (1961), Francisco Castro Rodrigues.

NOTAS BIOGRÁFICAS

ANA MAGALHÃES nasceu em Lisboa, em 1965. Formou-se em Arquitectura em 1988 pela FAUTL. É mestre em Teoria de Arquitectura (2001) pela Universidade Lusíada, com uma tese intitulada «Intemporalidade, Continuidade e Presença dos Valores do Movimento Moderno – O Hotel Ritz no Contexto da Arquitectura Portuguesa do Século XX». É docente na Universidade Lusíada de Lisboa desde 1990, leccionando actualmente a disciplina de Arquitectura II. Desenvolve a tese de doutoramento na Universidade Lusíada, em associação com a Escola Técnica Superior de Arquitectura de Barcelona. Exerce arquitectura em regime de profissão liberal desde 1989.

INÊS GONÇALVES nasceu em Málaga, em 1964, e vive actualmente em Lisboa. Colabora regularmente com vários jornais e revistas. O seu trabalho fotográfico está publicado em diversos livros: *Cabo Verde*, com texto de João Miguel Fernandes Jorge (1999); *Goa: História de Um Encontro*, com Catarina Portas (2001); *Agora Luanda*, em co-autoria com Kiluanje Liberdade e com textos de Delfim Sardo e José Eduardo Agualusa (2007). A sua obra está representada em várias colecções públicas e privadas. No cinema, realizou *Tchiloli: Máscaras e Mitos*, co-realizado com Kiluanje Liberdade (2009); *Luanda: Fábrica da Música*, co-realizado com Kiluanje Liberdade (2008); *Pátria Incerta*, co-realizado com Vasco Pimentel (2005).

MODERNO TROPICAL

*foi composto em caracteres Hoefler Text e impresso na Guide,
Artes Gráficas, em papel couché volume de 150 grs,
numa tiragem de 1500 exemplares,
no mês de Novembro
de 2009.*